

# Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012		2013	2012
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>321</b>	<b>428</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>74</b>	<b>82</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	10	115	Outras Obrigações	74	82
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	1	1	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.106</b>	<b>1.171</b>
Créditos Tributários (Nota 9c)	310	312	Capital Social	3.150	3.150
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>859</b>	<b>825</b>	Prejuízos Acumulados	(2.044)	(1.979)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>859</b>	<b>825</b>			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	55	56			
Créditos Tributários (Nota 9c)	804	769			
<b>TOTAL</b>	<b>1.180</b>	<b>1.253</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.180</b>	<b>1.253</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	2013	2012				
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>Eventos</b>			
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7)	5	11	<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>3.000</b>	<b>(1.891)</b>	<b>1.109</b>
Outras Receitas	8	-	Integralização de Capital Social	150	-	150
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>111</b>	<b>144</b>	Prejuízo do Exercício	-	(88)	(88)
Despesas Tributárias	3	1	<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>3.150</b>	<b>(1.979)</b>	<b>1.171</b>
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	108	143	Prejuízo do Exercício	-	(65)	(65)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(98)</b>	<b>(133)</b>	<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>3.150</b>	<b>(2.044)</b>	<b>1.106</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)</b>	<b>33</b>	<b>45</b>				
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(65)</b>	<b>(88)</b>				
Número de ações	6.815	6.815				
Prejuízo por ação em R\$	(9,54)	(12,90)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2013	2012	Descrição	2013	%	2012	%
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			<b>1 - RECEITAS</b>	<b>8</b>	<b>(8,7)</b>	-	-
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(98)</b>	<b>(133)</b>	1.1) Outras Receitas	8	(8,7)	-	-
<b>Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(104)</b>	<b>114,5</b>	<b>(140)</b>	<b>108,8</b>
Juros, Variações Monetárias	(2)	(3)	Serviços de Terceiros	(93)	102,4	(130)	100,9
<b>Prejuízo Ajustado</b>	<b>(100)</b>	<b>(136)</b>	Outros	(11)	12,1	(10)	7,9
Redução em Outros Ativos	1	8	<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)</b>	<b>(96)</b>	<b>105,8</b>	<b>(140)</b>	<b>108,8</b>
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(6)	25	<b>4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>(96)</b>	<b>105,8</b>	<b>(140)</b>	<b>108,8</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(105)</b>	<b>(103)</b>	<b>5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>5</b>	<b>(5,8)</b>	<b>11</b>	<b>(8,8)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			Receitas Financeiras Líquidas	5	(5,8)	11	(8,8)
Integralização de Capital Social	-	150	<b>6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>(91)</b>	<b>100,0</b>	<b>(129)</b>	<b>100,0</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>150</b>	<b>7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b>	<b>(91)</b>	<b>100,0</b>	<b>(129)</b>	<b>100,0</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(105)</b>	<b>47</b>	7.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(26)	28,9	(41)	32,0
Início do Período	115	68	Federais	(26)	28,9	(41)	32,0
Fim do Período	10	115	7.2) Remuneração de Capitais Próprios	(65)	71,1	(88)	68,0
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(105)</b>	<b>47</b>	Prejuízo do Exercício	(65)	71,1	(88)	68,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012		2013	2012	
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(65)</b>	<b>(88)</b>				
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(65)</b>	<b>(88)</b>				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

#### 2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### 2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

#### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

#### 2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### 2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### 2.9) Patrimônio líquido

##### a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

##### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

#### 2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

##### a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos financeiros.

##### 2.11) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

##### Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

##### Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

##### Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na Nota 9d.

#### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1)	7	3
Fundos de investimentos financeiros (2)	3	112
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10</b>	<b>115</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

#### 6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 3.150, está totalmente subscrito e integralizado e é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo o valor por ação de R\$ 462,22.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias	6.815	6.815
<b>Total</b>	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>

#### 7) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	3	8
Juros ativos	2	3
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>11</b>

#### 8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Serviços de terceiros	13	14
Editais e publicações	80	116
Contribuição sindical patronal	4	3
Outras gerais e administrativas	11	10
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>143</b>

#### 9) DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS ENCARGOS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)</b>	<b>(98)</b>	<b>(133)</b>
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	33	45
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>33</b>	<b>45</b>

##### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(3)	8
Constituição no exercício, sobre prejuízo e base negativa	36	37
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>33</b>	<b>45</b>

##### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	918	-	-	918
Outras provisões	28	25	28	25
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>946</b>	<b>25</b>	<b>28</b>	<b>943</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	135	61	28	171
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.081</b>	<b>61</b>	<b>28</b>	<b>1.114</b>

##### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Prejuízo fiscal e base negativa	Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2014	228	82	-	-	310
2015	231				

# Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 1.054 (2012 - R\$ 1.025) sendo R\$ 892 (2012 - R\$ 904) de diferenças temporárias e R\$ 162 (2012 - R\$ 121) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

### e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 56 (2012 - R\$ 57).

### 10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Bancos:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	7	-	3	-

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

**Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

### 11) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
- b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
- c) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.
- d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:
  - A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
  - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

### A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de abril de 2014



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri  
Contador CRC 1SP153569/O-0

## Sumário Caderno Empresarial 2

<b>BALANÇO</b>	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A.....	3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES ...	17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI...	9
FERRARA PARTICIPACOES S.A. ....	13
NCF PARTICIPACOES S.A. ....	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. ....	5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS .....	15
TITANIUM HOLDINGS S.A. ....	11

# Diário Oficial acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.



## Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)



Prêmio Mario Covas 2008  
DO, online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

# Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2013	2012		
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>321</b>	<b>428</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>74</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5) .....	10	115	Outras Obrigações .....	74
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e) .....	1	1	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>1.106</b>
Créditos Tributários (Nota 9c) .....	310	312	Capital Social .....	3.150
<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>859</b>	<b>825</b>	Prejuízos Acumulados .....	(2.044)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>859</b>	<b>825</b>		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e) .....	55	56		
Créditos Tributários (Nota 9c) .....	804	769		
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.180</b>	<b>1.253</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>1.180</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012		
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>Capital Social</b>	<b>3.000</b>
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7) .....	5	11	Integralização de Capital Social .....	150
Outras Receitas .....	8	-	Prejuízo do Exercício .....	(88)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>111</b>	<b>144</b>	<b>Saldos em 31.12.2012</b> .....	<b>3.150</b>
Despesas Tributárias .....	3	1	Prejuízo do Exercício .....	(65)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8) .....	108	143	<b>Saldos em 31.12.2013</b> .....	<b>3.150</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>(98)</b>	<b>(133)</b>		
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)</b> .....	<b>33</b>	<b>45</b>		
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>(65)</b>	<b>(88)</b>		
Número de ações .....	6.815	6.815		
Prejuízo por ação em R\$ .....	(9,54)	(12,90)		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			<b>Capital Social</b>	<b>3.000</b>
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>(98)</b>	<b>(133)</b>	Integralização de Capital Social .....	150
<b>Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos</b> .....	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	Prejuízo do Exercício .....	(88)
Juros, Variações Monetárias .....	(2)	(3)		
<b>Prejuízo Ajustado</b> .....	<b>(100)</b>	<b>(136)</b>	<b>Saldos em 31.12.2012</b> .....	<b>3.150</b>
Redução em Outros Ativos .....	1	8	Prejuízo do Exercício .....	(65)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações .....	(6)	25	<b>Saldos em 31.12.2013</b> .....	<b>3.150</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(105)</b>	<b>(103)</b>		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>				
Integralização de Capital Social .....	-	150		
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>150</b>	<b>150</b>		
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(105)</b>	<b>47</b>		
Início do Período .....	115	68		
Fim do Período .....	10	115		
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(105)</b>	<b>47</b>		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012		
<b>Prejuízo do Exercício</b> .....	<b>(65)</b>	<b>(88)</b>		
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b> .....	<b>(65)</b>	<b>(88)</b>		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentado na Nota 5.

#### 2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### 2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

#### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

#### 2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### 2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### 2.9) Patrimônio líquido

##### a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

##### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

#### 2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

#### a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos financeiros.

#### 2.11) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

##### Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

##### Nível 2

*Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

##### Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

## A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

Em 31 de dezembro				
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Bancos:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	7	-	3	-

### 11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.